

CT. GFC 137/2021
07 de maio de 2021

Sr.
Fábio Alessandro Sato
Sócio
SATO & MALOSSO – ENGENHARIA E ASSESSORIA LTDA
Rua Alfredo Guedes, 1949 – Sala 903 – Alto
Piracicaba - SP
CEP 13419-080

CONTRATO Nº 040120006100 – LOTE 01 – Designação de Gestor

Prezado Senhor,

Comunicamos a V.Sa. que o Sr. Alberto Fasanaro Lauletta, Gerente de Gestão do Território – Regularização Fundiária - GPR, telefone (011) 3117-7221, será o responsável pela gestão do contrato em referência.

Sua função será a de coordenar os trabalhos, servindo de ligação entre V.Sa. e esta Companhia, na administração de problemas, tomando decisões técnicas e administrativas, dentro dos limites contratuais.

Atenciosamente,



SANDRA REGINA MATOS BORGES
Gerente de Contratações e Compras

CONTRATO Nº 040120006100 – LOTE 01
PROCESSO Nº 0401200061

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIMÉTRICO
CADASTRAL DE ÁREAS DE POSSE OU
INTERESSE DA CPTM PARA REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA, LOTE 01, QUE ENTRE SI, FAZEM A
COMPANHIA PAULISTA DE TRENS
METROPOLITANOS – CPTM E SATO & MALOSSO
– ENGENHARIA E ASSESSORIA LTDA.**

Pelo presente instrumento, elaborado para um único efeito, as partes abaixo assinadas, de um lado a **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 71.832.679/0001-23, Inscrição Estadual nº 113.898.614-110, com sede em São Paulo - SP, na Rua Boa Vista, nº 185, doravante denominada simplesmente **CPTM**, por seus representantes legais ao final qualificados, e, de outro, a empresa **SATO & MALOSSO – ENGENHARIA E ASSESSORIA LTDA**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 11.845.197/0001-86, com sede na Rua Alfredo Guedes, 1949 – Sala 903 - Alto, na cidade de Piracicaba - SP, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por seus representantes legais ao final qualificados, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos, na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – **CPTM**, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dos artigos 89 a 99 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, das normas internas específicas da **CPTM** e do Código de Conduta e Integridade e Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da **CPTM**, pelas condições constantes do edital e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, nas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente contrato a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIMÉTRICO CADASTRAL DE ÁREAS DE POSSE OU INTERESSE DA CPTM PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, LOTE 01.**
- 1.2 A presente contratação, para fins de informação à Receita Federal do Brasil, não envolve transferência de tecnologia à **CPTM**.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 2.1 Para melhor caracterização do objeto, bem como para definir procedimentos decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este instrumento todos os documentos do edital do Pregão Eletrônico nº 0401200061, bem como os seguintes:

Anexo I Termo de Referência;
Anexo II Proposta da **CONTRATADA**;
Anexo III Planilha de Quantidades e Preços Propostos;



Anexo IV Cópia da Declaração de Ciência e Responsabilidade; e

Anexo V Termo de Ciência e de Notificação.

2.2 No caso de divergências entre o contrato e seus anexos, prevalecerá o disposto neste contrato.

2.3 Se a divergência for entre anexos, prevalecerá aquele de data mais recente.

2.4 No caso de divergência entre os anexos e a Proposta da **CONTRATADA** prevalecerão os documentos da **CPTM**.

3. REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 Os serviços objeto do presente contrato serão executados sob o regime de **empreitada por preço global**.

4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços deverão ser executados estritamente em conformidade com as condições pormenorizadamente definidas e especificadas neste contrato e no Edital do Pregão Eletrônico nº 0401200061, integrante deste instrumento para todos os fins e efeitos legais.

4.1.1 A execução dos serviços iniciar-se-á a partir da data de início estabelecida na Ordem de Serviço – OS.

4.1.2 Todos os elementos técnicos e informações relativas aos serviços contratados são de exclusiva propriedade da **CPTM** e deverão ser devolvidos findo o presente contrato, não podendo seu conteúdo ser copiado ou revelado a terceiros sem autorização expressa e escrita da **CPTM**, sob pena de responder a **CONTRATADA** por perdas e danos.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E DE VIGÊNCIA

5.1 O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura.

5.2 O prazo de execução do objeto contratual é de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela **CPTM** em até **15 (quinze)** dias da data da assinatura do contrato.

5.3 A inobservância do prazo de execução estipulado nesta cláusula somente será admitida pela **CPTM**, quando fundamentada nos motivos de força maior nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro ou por motivos imputáveis à **CPTM**, os quais deverão ser comprovados sob pena de a **CONTRATADA** incorrer nas penalidades estipuladas neste contrato.

5.4 A hipótese de que trata o subitem anterior somente será considerada mediante solicitação escrita e fundamentada da **CONTRATADA**, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da ocorrência do fato gerador do atraso e desde que aceita, também por escrito, pela **CPTM**.

5.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.



5.6 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na **CPTM**.

5.7 Na hipótese de a publicação do ato ocorrer em dia não útil, será considerado publicado o primeiro dia útil seguinte.

6. VALOR DO CONTRATO

6.1 As partes atribuem a este contrato, para efeitos de direito, o valor total de R\$ 1.499.938,80 (um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), em dezembro/2020, mês-base dos preços, referente ao LOTE 01.

6.1.1 O valor definido nesta cláusula contempla toda mão de obra, materiais, equipamentos, instrumentos, transportes, acessórios, tributos, encargos, taxas, seguros cabíveis e todos os demais custos, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste instrumento contratual.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 A despesa referente ao valor do presente contrato será processada por conta de recursos que estão alocados no **PTRES nº 379228, Natureza da Despesa nº 449039, Origem dos Recursos 081001001 - RAV nº 4741/2020**.

8. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 Os serviços objeto deste contrato serão apontados por medições mensais e entrega dos correspondentes relatórios, após a realização dos mesmos, conforme Cronograma Físico-Financeiro e Termo de Referência, partes integrantes do presente instrumento.

8.2 A medição será realizada diretamente pela **CONTRATADA**, indicando as quantidades correspondentes aos serviços previstos e realizados, a data e o local onde os mesmos foram executados e o valor correspondente às atividades executadas no período abrangido pela mesma.

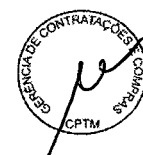
8.3 A medição deverá ser numerada sequencialmente, discriminando o número deste contrato, o seu objeto e a Ordem de Serviço correspondente.

8.4 A medição deverá ser apresentada à **CPTM** até o 3º (terceiro) dia útil, contado do último dia do período de adimplemento de cada parcela, mediante protocolo onde conste a data de sua entrega.

8.5 A **CPTM** terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para a conferência da medição e dos relatórios e a sua aprovação.

8.6 A medição não aprovada pela **CPTM** será devolvida à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação para nova conferência.

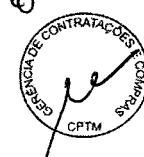
8.7 A parcela não rejeitada seguirá o processamento normal, conforme estabelecido nesta cláusula.



- 8.8 A devolução da medição não aprovada pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.
- 8.9 Na hipótese de devolução da medição de forma indevida, a **CPTM** ressarcirá à **CONTRATADA** o valor da rejeição, acrescido de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore" desde a data de vencimento original até a do efetivo pagamento.
- 8.10 Como condição para recebimento dos serviços de engenharia executados, assiste à **CONTRATADA** o dever de apresentar as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de madeira, acompanhadas de declaração de emprego apenas de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou no caso de uso de produtos ou subprodutos de origem nativa da flora brasileira, de que as aquisições foram efetuadas de pessoas jurídicas cadastradas no CADMADEIRA.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 A **CPTM** procederá ao pagamento nas condições previstas nesta cláusula.
- 9.1.1 Após a aprovação da medição, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, apresentar ao Departamento Fiscal – DFSF da **CPTM**, sito na Rua Boa Vista, 170 – 3º andar – Bloco 5 – São Paulo/SP, o(s) documento(s) fiscal(is) pertinentes à operação, dos quais deverão constar todos os tributos incidentes na fonte sobre a prestação dos serviços, conforme estabelecido na cláusula de tributos deste contrato.
- 9.1.2 No(s) documento(s) fiscal(is) deverá(ão) ser indicados o número do contrato, o período medido, o número da Ordem de Serviço – O.S., o número da medição e os locais de realização dos serviços. No processamento do pagamento, obedecerá a **CPTM** às disposições contidas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999.
- 9.1.3 O documento fiscal não aprovado pela **CPTM** será devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 9.1.1, a partir da data de sua reapresentação.
- 9.1.4 A devolução do documento fiscal não aprovado pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.
- 9.1.5 A **CPTM** efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega da nota fiscal no DFSF, desde que aprovadas a medição e a nota fiscal, nos prazos estabelecidos nas cláusulas da medição e de pagamento deste contrato.
- 9.1.5.1 A efetivação do(s) pagamento(s) oriundo(s) deste contrato fica condicionada à inexistência de registro da **CONTRATADA** no CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.
- 9.1.6 Na hipótese de ocorrer devolução da medição, conforme estabelecido na correspondente cláusula deste contrato, o prazo de pagamento será



dilatado pelo número de dias contados entre a data de devolução e a(s) data(s) da nova apresentação.

- 9.1.7 Caso ocorra atraso no pagamento, por motivos imputáveis à **CPTM**, os valores devidos serão acrescidos de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore", desde a data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo:

$$VJM = VA \times (1,06)^{n/365}, \text{ onde:}$$

VJM = Valor em atraso acrescido de juros moratórios

VA = Valor em atraso

n = Número de dias em atraso

- 9.1.8 Excetuam-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior previstos no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que devidamente comprovados.
- 9.1.9 Os valores de eventuais reajustamentos de preços deverão ser indicados no corpo do documento fiscal e faturados separadamente do valor principal, acompanhados da respectiva memória de cálculo, bem como da cópia da publicação dos índices de preços que compõem a fórmula de reajuste.
- 9.1.10 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente, junto ao BANCO DO BRASIL S.A., na forma do Decreto 62.867, de 03/10/2017, estando vedada a cobrança bancária.
- 9.1.11 A **CONTRATADA** deverá informar, por escrito, o tipo, o número da conta corrente, o número e o nome da agência de sua conta, em até 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do contrato, por correspondência dirigida ao Departamento de Controle e Orçamento - DFFO da **CPTM**, na Rua Boa Vista, nº 175 – 2º andar – Bloco B – Centro – São Paulo/SP.
- 9.1.12 A **CPTM** poderá, sem prejuízo do disposto na cláusula DAS PENALIDADES, descontar dos pagamentos das faturas importâncias que, a qualquer título, forem-lhe devidas pela **CONTRATADA** em razão do presente contrato ou de qualquer outro celebrado entre a **CPTM** e a **CONTRATADA**.
- 9.1.13 Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA** contra a **CPTM** não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A **CPTM** não se obriga a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança por meio de Bancos ou empresas de "factoring".
- 9.1.14 A **CONTRATADA** dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a **CPTM**, pela efetivação do crédito em sua conta corrente.

10. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 10.1 Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, mediante a aplicação da seguinte fórmula:



$R = P_0 \times [(IPC_i / IPC_0) - 1]$, onde:

R = Parcela de Reajuste;

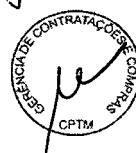
P_0 = Valor base do contrato no mês de aplicação do reajuste; e

IPC_i/IPC_0 = Variação do IPC-FIPE ocorrida entre o mês da data base da proposta e o mês de aplicação do reajuste.

- 10.2 A periodicidade anual para a aplicação do reajuste será contada a partir do mês base dos preços - Dezembro/2020.
- 10.3 Na hipótese de até a emissão do documento de cobrança, não ter sido divulgada a variação do índice, o reajustamento será calculado, de forma provisória, por meio da aplicação do último índice conhecido.
- 10.4 Quando da publicação dos índices definitivos, a **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal e documento de cobrança referentes à diferença do reajuste, cujo pagamento deverá ocorrer a 10 (dez) dias da entrega desses documentos à **CPTM** ou na data de vencimento original, o que ocorrer depois.
- 10.5 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o quanto disposto nesta cláusula, as partes concordam desde já com a sua adequação aos dispositivos legais pertinentes.
- 10.6 Na hipótese de ocorrer atraso em relação ao previsto no cronograma contratual, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, o reajuste referente à parcela em atraso será calculado somente até a data em que os serviços deveriam ter sido executados pelo cronograma em questão.

11. TRIBUTOS

- 11.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução encontram-se incluídos no preço do contrato, competindo à **CONTRATADA** apurá-los e recolhê-los, sem direito a reembolso. Na hipótese de fornecimento que implique à **CPTM** apurar e recolher o ICMS – DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA de que trata art. 117 do RICMS PAULISTA, a **CONTRATADA** desde logo autoriza que o pertinente valor seja deduzido/glosado de pagamentos subsequentes a ela efetuados.
- 11.2 A alíquota do ICMS, já inclusa no preço, será aquela vigente por ocasião do faturamento para a **CPTM**, correspondente ao respectivo Estado da Federação.
- 11.3 A **CPTM** se reserva o direito de solicitar à **CONTRATADA**, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.
- 11.4 Se durante o prazo de vigência deste contrato houver a alteração da alíquota dos tributos e demais encargos, ou a instituição de novos tributos que diretamente afetem os preços constantes deste contrato, os mesmos serão ajustados desde que devidamente comprovada a sua incidência e devidamente acordada entre as partes.
- 11.5 Caso haja majoração de tributos e esta esteja incluída na fatura, estando a **CONTRATADA** em atraso em relação ao prazo de execução dos serviços, por fatos de sua exclusiva responsabilidade, a **CPTM** responderá, unicamente, pelo



valor do tributo da época em que o evento deveria ter sido realizado, devendo a **CONTRATADA** suportar o ônus dessa diferença.

- 11.6 A **CPTM**, quando for a responsável tributária e nessa qualidade, apurará e reterá os tributos devidos dos pagamentos que efetuar e os recolherá segundo a legislação vigente.
- 11.7 As notas fiscais serão emitidas com observância do prazo de recolhimento dos tributos incidentes na fonte. Na hipótese de a emissão se der após o prazo de recolhimento ou de forma ou tempo que não permita o tempestivo recolhimento dos tributos incidentes na fonte, a **CONTRATADA**, assume desde logo, a responsabilidade pelo pagamento dos correspondentes encargos moratórios.
- 11.8 A **CONTRATADA** deverá fazer constar em suas notas fiscais todos os tributos incidentes na fonte, com indicação de sua base de cálculo, alíquota e do montante apurado. Na hipótese de isenção ou outra ocorrência que venha a inibir a incidência tributária, a **CONTRATADA** deverá indicá-la no documento fiscal, acompanhada do devido fundamento legal.
- 11.9 Na ocorrência de divergência entre o valor do tributo informado na nota fiscal e o efetivamente apurado, retido e recolhido na fonte, a **CONTRATADA** desde logo reconhece e autoriza à **CPTM** a deduzir a diferença apurada no próprio ou em futuros pagamentos a ela efetuados, a qualquer título.
- 11.10 Quando se tratar de faturamento decorrente de serviços tributados pelo Imposto sobre Serviços - ISS, retidos e recolhidos pela **CPTM**, a cobrança deverá ser efetuada por documentos fiscais individualizados, de acordo com o município em que é prestado o serviço.
- 11.11 A **CONTRATADA**, se permitida a dedução de materiais da base de cálculo do ISS, deverá tomar as providências previstas na legislação municipal pertinente para que ocorra seu reconhecimento pelo órgão municipal competente, de modo a que o ISS indicado na nota fiscal corresponda exatamente ao valor a ser recolhido. Nestas providências incluem-se o prévio exame da fiscalização ou o cadastramento das notas fiscais de materiais em programas específicos de apuração de impostos municipais.
- 11.12 É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** quaisquer tributos e/ou encargos financeiros que venham a ser imputados a **CPTM**, em decorrência de incorreções de faturamento ou de situações que possam inibir a **CPTM** do cumprimento de suas obrigações tributárias, cabendo o respectivo ressarcimento.

12. GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO

- 12.1 Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a **CONTRATADA** apresentou garantia de adimplemento das condições estabelecidas neste instrumento, no valor de R\$ 74.996,94 (setenta e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos), calculado na base de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, recolhida junto ao Departamento de Finanças da **CPTM**, a qual deverá ser atualizada sempre que houver reajustamento ou atualização dos preços do contrato.



- 12.1.1 A garantia estabelecida nesta cláusula pode ser prestada mediante caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, cabendo à **CONTRATADA** optar por uma dessas modalidades, devendo os termos do seguro-garantia e/ou fiança bancária serem submetidos à prévia aprovação da **CPTM**.
- 12.1.2 A garantia, se prestada por fiança bancária, deverá ter seu valor expresso em REAL, com atualização automática de seu valor, na mesma época, índice, forma e periodicidade estabelecidos no item de Reajustamento de preços.
- 12.1.3 A garantia prestada em dinheiro deverá ser depositada diretamente na conta a ser indicada pelo Departamento de Finanças da **CPTM**, devendo a cópia do certificado de depósito ser entregue naquele departamento, situado na Rua Boa Vista nº 175 – 4º andar – Bloco A – Centro – São Paulo/SP.
- 12.1.4 Independentemente da modalidade de garantia apresentada, esta deverá ser complementada, também, quando da eventual incidência de reajuste dos preços deste contrato, com base no mesmo índice de reajuste adotado, devendo o complemento ser apresentado até o 30º (trigésimo) dia do mês em que ocorrer a aplicação do reajuste.
- 12.1.4.1 Havendo deduções do valor da garantia, pela aplicação de eventuais multas, a **CONTRATADA** obriga-se a regularizar a garantia quanto à complementação até o valor estabelecido no subitem 12.1 supra, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento da comunicação escrita da **CPTM**.
- 12.1.5 No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a **CONTRATADA** deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência de 10 (dez) dias úteis ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o término da vigência do contrato, ficando também explícita a renúncia do fiador ao direito expresso nos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro.
- 12.1.6 Desde que cumpridas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada ou restituída no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD proporcionalmente aos valores contratuais referentes aos serviços, observadas as condições insertas no subitem 25.4 e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- 12.1.7 A **CPTM** poderá fazer uso da garantia de execução contratual, para pagamento de indenizações, bem como das multas previstas neste instrumento e, não sendo esta suficiente, responderá a **CONTRATADA** pela diferença e pela garantia e/ou complementação da garantia a ser mantida, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

13. OBRIGAÇÕES DA CPTM

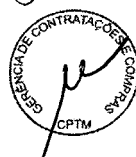
- 13.1 A **CPTM** se responsabiliza por:

- 13.1.1 Fornecer todas as informações necessárias e que estiverem disponíveis para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente contrato.
- 13.1.2 Notificar por escrito a **CONTRATADA**, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontrados na execução dos serviços.
- 13.1.3 Notificar por escrito a **CONTRATADA** da aplicação de eventual penalidade.
- 13.1.4 Proporcionar acesso adequado às instalações e a movimentação do pessoal e equipamentos da **CONTRATADA** nas dependências e instalações da **CPTM**.
- 13.1.5 Viabilizar toda fiscalização necessária ao acompanhamento dos serviços.
- 13.1.6 Conceder acesso à faixa operacional de sua propriedade nos termos da Norma de Serviço CPTM NS.DO/002 - EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS AO LONGO DA VIA FÉRREA.
- 13.1.7 Fornecer todo subsídio existente na CPTM para elaboração dos trabalhos de Regularização Fundiária.

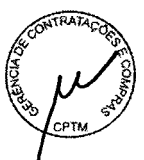
14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 A CONTRATADA se obriga a:

- 14.1.1 Dar início à execução dos serviços a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço - O.S. emitida pela **CPTM**.
- 14.1.2 Não alterar nenhuma especificação ou projeto sem prévia consulta e aprovação da **CPTM**.
- 14.1.3 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto do contrato, conduzindo-os de modo eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.
- 14.1.4 Manter o local de execução dos serviços sempre em ordem e de acordo com as normas de segurança, preservando as integridades físicas dos empregados e demais profissionais autorizados para fiscalização destes.
- 14.1.5 Conduzir os trabalhos em estrita observância às normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 14.1.6 Arcar com todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre este contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.
- 14.1.7 Considerar custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância.



- 14.1.8 Possuir quadro de empregados qualificados, com formação e conhecimentos específicos e compatíveis com os serviços especializados necessários para desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 14.1.9 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, fornecendo aos mesmos os EPIs necessários (bota sem bico de aço, capacete, colete refletivo entre outros), devendo apresentar-se devidamente identificados com crachás.
- 14.1.10 Cientificar a **CPTM** o mais rapidamente possível, e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas por escrito, de qualquer ocorrência anormal que se verificar no decorrer dos trabalhos, dentro das responsabilidades descritas.
- 14.1.11 Paralisar, por determinação da **CPTM** ou seus prepostos, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com as especificações técnicas, projetos, normas regulamentadoras e a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 14.1.12 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à **CPTM**, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CPTM**.
- 14.1.13 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento.
- 14.1.14 Executar todos os levantamentos necessários em obediência à regulamentação para acesso às áreas de propriedade da CPTM.
- 14.1.15 Obedecer rigorosamente a Norma de Serviço NS.DO/002 - Execução de obras e serviços ao longo da via férrea.
- 14.1.16 Encaminhar planta de implantação, caso a Contratada julgue necessário um espaço para canteiro de obras. Neste caso, a CPTM emitirá um Termo de Permissão de Uso Gratuito.
- 14.1.17 Fornecer todos os equipamentos, ferramentas, instrumentos e materiais necessários para a realização dos serviços.
- 14.1.18 Responsabilizar-se pela mobilização e transporte de equipamentos e equipes.
- 14.1.19 Responsabilizar-se pela limpeza do terreno, caso seja necessário para realizar os serviços de levantamento topográfico.



- 14.1.20 Realizar toda pesquisa relacionada aos confrontantes das respectivas áreas perante à Prefeitura e/ou cartório.
- 14.1.21 Garantir a acuidade dos dados informados. Eventual constatação de erro, mesmo posterior ao pagamento, a Contratada deverá complementar / reparar o trabalho entregue.
- 14.1.22 Transportar toda a equipe de fiscalização da CPTM, da estação mais próxima até o local em que sua equipe esteja trabalhando.
- 14.1.23 Participar do curso ofertado pela CPTM para os procedimentos de solicitação de acesso à via
- 14.1.24 Fazer a programação dos acessos necessários e solicitá-los conforme a NS.DO/002

15. PESSOAL

- 15.1 O pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com a **CPTM** e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**. No caso de vir a **CPTM** ser denunciada judicialmente, a **CONTRATADA** a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar.
- 15.2 A **CONTRATADA** deverá responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão de obra empregada na realização dos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à realização dos serviços ora contratados. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos referidos, não transfere à **CPTM** responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 15.3 Ocorrerem eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, fica esta, obrigada a requerer a exclusão da **CPTM** da lide, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.
- 15.4 Na hipótese de a **CPTM** vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, durante a vigência contratual e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas. Na eventualidade do contrato ter sido encerrado e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela **CPTM**, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a **CPTM** utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a **CONTRATADA**, com a qual, desde já a mesma expressa concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.



- 15.5 A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CPTM** o registro de todos os empregados ligados ao contrato e deverá obedecer a todos os requisitos da legislação trabalhista em vigor.

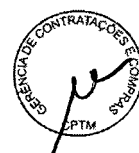
16. FISCALIZAÇÃO

- 16.1 A **CPTM** reserva-se o direito de exercer diretamente por si ou por intermédio de terceiros, devidamente credenciados, ampla fiscalização do cumprimento das obrigações atribuídas à **CONTRATADA**, solicitando à mesma, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar à **CPTM** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços contratados.
- 16.2 No desempenho de suas atividades, é assegurado à fiscalização, o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.
- 16.3 A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade de executar os serviços com toda cautela, boa técnica e qualidade dos serviços contratados.
- 16.4 A **CONTRATADA** obriga-se a atender as determinações da fiscalização da **CPTM** relativas à técnica de execução e à segurança do trabalho.
- 16.5 Todos os trabalhos serão verificados pelo Gestor do contrato antes de serem apropriados, cabendo à **CONTRATADA** tomar todas as providências necessárias para essa verificação, a qual será realizada com base nas Especificações e Normas Técnicas pertinentes.
- 16.6 Até o recebimento definitivo do objeto do contrato/serviço, a **CONTRATADA** será responsável, sem qualquer ônus para a **CPTM**, pela conservação e manutenção dos serviços por ela executados.
- 16.7 Todos os defeitos, falhas e omissões detectadas pelo Gestor do contrato nos elementos técnicos apresentados e na execução dos serviços, deverão ser corrigidos pela **CONTRATADA**, sem ônus para a **CPTM**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data de sua comunicação. A aceitação dos serviços será concretizada somente depois de realizadas todas as correções exigidas pelo Gestor do contrato, quando será emitido o Termo de Recebimento Provisório dos serviços realizados.

17. PENALIDADES

- 17.1 Salvo ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados/comprovados, ao não cumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, garantida prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as seguintes penalidades:

- 17.1.1 Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a **CONTRATADA** concorrido diretamente;



- 17.1.2 Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do saldo do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer de suas cláusulas;
- 17.1.3 Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do saldo do contrato, na hipótese da reincidência da ação ou da omissão, que tenha justificado a aplicação da multa estabelecida no subitem anterior;
- 17.1.4 Multa de 10,0 % (dez por cento) sobre o valor atualizado do saldo do contrato, em caso desistência ou rescisão do contrato.
- 17.1.5 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos a **CONTRATADA** que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 17.2 As penalidades de multa serão, sempre que possível, descontadas dos créditos da **CONTRATADA** ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.
- 17.3 O pagamento das multas previstas nos subitens 17.1.3 a 17.1.5 não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que ultrapassem o valor das penalidades aplicadas.
- 17.4 Na hipótese de não existirem pagamentos previstos, efetivamente configurados, a **CONTRATADA** deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da **CPTM**, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.
- 17.5 O não pagamento da multa no prazo estipulado importará na incidência de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano “pro rata tempore”, até seu efetivo pagamento, utilizando-se para o cálculo a mesma fórmula indicada no subitem 9.1.7 deste contrato.

18. RESCISÃO

- 18.1 Constituem motivos para rescisão do contrato:
- a) O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - b) A lentidão do seu cumprimento, levando a **CPTM** a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
 - c) A subcontratação do objeto que importe em desatendimento das condições de qualificação técnica e sem prévia autorização da **CPTM**;
 - d) A fusão, cisão, incorporação, associação da **CONTRATADA** com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial, sem prévia autorização da **CPTM** para avaliação da manutenção das condições de habilitação;
 - e) O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;
 - f) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;



- g) A dissolução da sociedade, o falecimento da **CONTRATADA**, a decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;
 - h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que prejudique a execução do contrato;
 - i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Diretoria Colegiada;
 - j) A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
 - k) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação de sanções;
 - l) O atraso nos pagamentos devidos pela **CPTM**, superior a 90 (noventa) dias, decorrentes de serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
 - m) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
 - n) A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.
- 18.2 A rescisão por iniciativa da **CONTRATADA** deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
- 18.3 Em qualquer hipótese de rescisão contratual, os serviços já elaborados ou em elaboração, pela **CONTRATADA**, até a data rescisória, passarão à propriedade da **CPTM**.
- 18.4 A rescisão amigável ocorrerá por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e será reduzida a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a **CPTM**.
- 18.5 Nos demais casos de rescisão, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será essa ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, nos termos do disposto no artigo 160 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.
- 19. ALTERAÇÕES**
- 19.1 O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por acordo das partes, nos casos previstos no art. 150 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.
- 19.2 A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma

de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), para os seus acréscimos.

- 19.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo entre as partes, e deverão ser feitos por meio de termos de aditamento, mantidos os preços unitários e demais condições contratuais.
- 19.4 Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no subitem 19.2.
- 19.5 Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações, se comprovadamente ocorrerem as circunstâncias descritas no artigo 152 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**

20. SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

- 20.1 O Objeto do presente contrato é indivisível e deverá ser executado em sua totalidade pela **CONTRATADA**, não sendo admitida a subcontratação.

21. GARANTIA TÉCNICA

- 21.1 A responsabilidade técnica pelos documentos elaborados pela **CONTRATADA** subsistirá, mesmo após o recebimento definitivo dos mesmos pela **CPTM**, na forma e nos prazos determinados pela legislação vigente.
- 21.2 A **CONTRATADA** responderá pela boa qualidade dos documentos técnicos, pelos serviços e pelos fornecimentos por ela desenvolvidos e executados, mesmo após a aprovação pela **CPTM**.
- 21.3 A garantia deverá abranger todos e quaisquer tipos de falhas detectadas, a qualquer tempo, em relação à utilização inadequada de materiais, equipamentos ou mão de obra, de fornecimento e responsabilidade da **CONTRATADA**.

22. PROPRIEDADE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- 22.1 Todos os relatórios, documentos técnicos, informações, análises, compilações, estudos e outros documentos elaborados pela **CONTRATADA**, na execução dos serviços, serão entregues à **CPTM**, na forma impressa e em meio eletrônico, junto com inventário detalhado dos referidos documentos, respeitados os direitos de propriedade industrial.
- 22.1.1 Os documentos referidos no subitem anterior, oriundos da prestação de serviços objeto desta contratação, quando em arquivo eletrônico, deverão apresentar formatos compatíveis (Microsoft Word, MS Excel, Autocad, MS Power Point, VISIO, Corel Draw, MS Project, MS Access) com os existentes na **CPTM**.
- 22.2 No entanto, a documentação fornecida poderá ser utilizada pela **CPTM**, em qualquer ampliação, modificação ou alteração que julgar conveniente.
- 22.3 A documentação técnica apresentada à **CONTRATADA** é de propriedade da **CPTM**, sendo vedada sua utilização pela **CONTRATADA** para outros fins que



não os previstos neste contrato. A **CONTRATADA** deverá manter rigoroso sigilo a respeito dessa documentação.

- 22.4 Quando do encerramento definitivo deste contrato, a **CONTRATADA** deverá ter entregue à **CPTM**, todos os documentos a que estiver contratualmente obrigada.

23. DIREITOS AUTORAIS

- 23.1 A **CONTRATADA** deverá garantir, indenizar e proteger a **CPTM**, seus sucessores, cessionários, clientes e usuários contra quaisquer responsabilidades, inclusive custos, indenizações, despesas, reclamações, ações ou processos judiciais sejam de que natureza forem, resultantes ou relacionados com qualquer infração dos dispositivos de marcas e patentes e/ou direitos autorais, com relação à execução do objeto deste contrato.

- 23.2 A **CPTM** comunicará à **CONTRATADA**, por escrito, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais contra ela propostas, obrigando-se a **CONTRATADA**, conforme opção da **CPTM**, a:

23.2.1 Defendê-la na forma entendida como a mais conveniente, pagando quaisquer danos, prejuízos e/ou custos a que venha a **CPTM** a ser condenada, por força das citadas medidas;

23.2.2 Substituir, por produtos não infringentes, os produtos ou parte desses produtos declarados como tal, por decisão judicial, ou modificá-los, de forma a torná-los produtos não infringentes;

23.2.3 Garantir à **CPTM** a continuidade e qualidade dos serviços previstos no contrato.

- 23.3 Em qualquer das três hipóteses, correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas para adoção da opção entendida como mais conveniente pela **CPTM**, bem como as despesas relativas à consecução da(s) alternativa(s) indicada(s) e aprovada(s) pela **CPTM**.

- 23.4 Os materiais e equipamentos a serem utilizados deverão encontrar-se totalmente desembaraçados de controle ou acordo com terceiros, especificamente patentes ou "know-how", que impeçam a **CPTM** o conhecimento de detalhes do projeto.

24. COMUNICAÇÕES

- 24.1 Todas as comunicações recíprocas, relativas a este contrato, serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondência endereçada como segue:

CPTM:

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

RUA BOA VISTA, Nº 185 – CENTRO

SÃO PAULO / SP

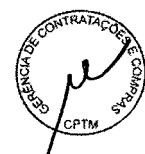



CEP 01014-001

CONTRATO Nº 040120006100 - LOTE 01

CONTRATADA:

SATO & MALOSSO – ENGENHARIA E ASSESSORIA LTDA

RUA ALFREDO GUEDES, 1949 – SALA 903 - ALTO



PIRACICABA / SP
CEP 13419-080
CONTRATO Nº 040120006100 – LOTE 01
CONTATO: FABIO ALESSANDRO SATO
TEL/FAX: (19) 3447-0300 / 99617-0663
E-MAIL: fabio@satoengenharia.com.br

24.2 A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos ou Memorandos de Remessa - MR, será feita mediante correio eletrônico ou carta, ambos com comprovação de recebimento, que deverá ser juntado aos autos do processo de licitação ou gestão. Em quaisquer dos casos, deverá sempre constar o número deste contrato, o assunto, data de recebimento e o nome do remetente.

24.3 A **CPTM** e a **CONTRATADA** deverão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura deste instrumento, apresentar por escrito os nomes e respectivos cargos dos empregados designados pelas mesmas, para serem responsáveis pela gestão do presente contrato, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.

25. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

25.1 No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 154 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.

25.2 O objeto deste contrato será aceito pela **CPTM**, desde que atenda as condições estipuladas neste instrumento e nos documentos que fazem parte integrante do mesmo.

25.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório - TRP, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**, em até 60 (sessenta) dias da comunicação escrita de conclusão dos trabalhos pela **CONTRATADA**. Na emissão do TRP, deverão ser registradas todas as pendências a serem solucionadas no período de observação de defeitos ou falhas na conclusão do escopo. Não ocorrendo a solução das pendências nos prazos contratuais, a **CONTRATADA** passará à condição de inadimplência perante a **CPTM**.

25.4 O Recebimento Definitivo será efetuado no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório - TRP, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**.

26. NOVAÇÃO

26.1 Se qualquer das partes permitir, por tolerância, o descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ou de seus anexos, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.

27. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

27.1 Aplica-se a este contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 10.520/02, no Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM** e na Lei Federal nº 13.303/16, bem como na Legislação Estadual pertinente.

28. VINCULAÇÃO

28.1 O presente contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico nº 0401200061 e à proposta da **CONTRATADA**.

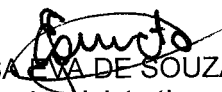
29. FORO


29.1 Os contratantes elegem o foro da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

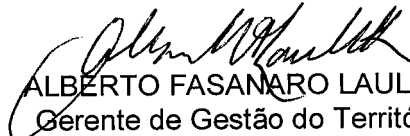
E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, destinadas uma à **CONTRATADA** e a outra a **CPTM**.

São Paulo, 07 de maio de 2021.

Pela **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**:


GILSA EVA DE SOUZA COSTA
Diretora Administrativa e Financeira
gilsa.costa@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
CPF Nº 955.679.681-91
RG Nº 4019520 – SPTC – GO


EDUARDO JORGE DA CUNHA CALDAS PEREIRA
Diretor de Planejamento e Novos Negócios
eduardoj.pereira@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
CPF Nº 892.467.801-91
RG Nº 20.209.559-2



ALBERTO FASANO LAULETTA
Gerente de Gestão do Território –
Regularização Fundiária
alberto.lauletta@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
CPF Nº 006.704.958-32
RG Nº 5.035.318-4

Pela **CONTRATADA**:



FABIO ALESSANDRO SATO
Sócio
fabio@satoengenharia.com.br
E-mail pessoal: N/I
CPF Nº 221.247.788-03
RG Nº 34.725.813-X

TESTEMUNHAS:

CN 040120006100


Edmilson Rodrigues dos Santos
Assistente Administrativo
Gerência de Contratações e
Compras - GFC

18


CARLOS ALBERTO RODRIGUES
Analista de Administração
e Controle



ANEXO I

Termo de Referência

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0401200061
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Prestação de serviços técnicos especializados de Levantamento Topográfico Planimétrico Cadastral de áreas de posse ou interesse da CPTM para regularização fundiária, divididos em 04 (quatro) lotes.

2. JUSTIFICATIVA

Considerando o Planejamento Estratégico do quinquênio 2019-2024 e a sua meta de Regularização Fundiária objetivando a obtenção da titularidade de todas as áreas ocupadas pela CPTM e sua intenção de agilizar a gestão do seu território tendo em vista a busca de auto sustentabilidade, se faz imprescindível para efetuar a obtenção da titularidade das áreas junto aos Cartórios de Registro de Imóveis o Levantamento Planimétrico das áreas cuja titularidade fundiária é pretendida.

Atualmente a CPTM detêm apenas a posse da maioria dos seus imóveis, necessitando do domínio pleno, ou seja, da titularidade de propriedade para poder dispor convier deles em acordo com o Plano Estratégico, o que somente será possível com a regularização do seu patrimônio imobiliário.

3. INTRODUÇÃO

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, criada pela Lei Estadual nº 7.861, em 28 de maio de 1992, tem entre as suas atribuições as atividades de planejamento, estudo, projeto, construção, implantação e execução das obras e serviços de transporte de passageiros, sobre trilhos ou guiados, nas entidades regionais do Estado de São Paulo, compreendendo as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões (inciso I, Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia).

Inserida no Plano de Modernização e Expansão da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, a CPTM desenvolve um conjunto de projetos, programas e obras direcionados à recuperação, modernização e ampliação dos serviços ferroviários de transporte de passageiros na Região Metropolitana de São Paulo, com o objetivo de incrementar a oferta e o padrão de qualidade de seus serviços, sempre em consonância com os interesses sociais e do Estado.

Para ser o elo fundamental na cadeia intermodal de transporte de passageiros no Estado de São Paulo e aprimorar as opções e experiências dos cidadãos por meio de parcerias e inovações, a Empresa busca a dinamização dos processos de requalificação urbana, propondo a exploração de áreas para usos compartilhados a suas estações, através da implantação de empreendimentos associados.

Assim para alcançar os projetos elencados há a necessidade de regularizar o seu

território de uso ferroviário.

A regularização fundiária do território exige um levantamento topográfico planimétrico das áreas pretendidas, objeto do presente Termo de Referência.

4. ESCOPO DE TRABALHO

O levantamento Topográfico Planimétrico Cadastral Georreferenciado será feito para uma área de dimensões previstas de **19.126.280 m²**. Será conformado em quatro lotes de áreas, contemplando as linhas da CPTM, conforme discriminado no quadro a seguir.

TRECHOS A REGULARIZAR		
LOTE	TRECHO	TOTAL DE ÁREA (m ² previsto)
1	Linha 7 – Rubi: Entre a Estação da Luz e a Estação Jundiaí.	5.815.430
2	Linha 10 – Turquesa: Entre a Estação da Luz e a Estação Rio Grande da Serra. Linha J – TIM: entre a Saída do Pátio de Samaritá (Município de São Vicente) ao final do Pátio de Estuário (Município de Santos).	4.539.370
3	Linha 11 – Coral: Entre a Estação do Brás e Estação Estudantes. Linha 12 – Safira: Entre o Pátio Gualberto e a Estação Calmon Viana.	3.020.800
4	Linha 8 – Diamante: Estação Júlio Prestes a Mairinque. Linha 9 – Esmeralda: Estação Osasco a Estação de Grajaú.	5.750.680

4.1 LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO

- 4.1.1. Os serviços serão executados atendendo as normas da ABNT NBR 14.166 e NBR 13.133 e a Especificação Técnica CPTM ET AK7802-3 - SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS.
- 4.1.2. Deverão ser implantados marcos de apoio geodésico da poligonal principal identificados com chapa de alumínio. Tais marcos poderão ser de concreto armado, pinos de aço ou estaca de madeira. A escolha do material dependerá da localização da implantação, a qual deverá ser feita em local seguro. A monografia dos marcos deverá seguir o padrão ABNT, e eles deverão ser implantados em locais seguros, confeccionados em material adequado ao local. Os marcos de apoio geodésico deverão ser materializados no terreno e

apresentados em coordenadas UTM georreferenciada ao Datum de origem SIRGAS 2000.

- 4.1.3.** O Levantamento Planimétrico Cadastral, se necessário, deverá extrapolar a totalidade da área objeto, identificando o alinhamento da divisa, bem como os limites de divisa de todos os confrontantes, inclusive vias e demais logradouros públicos.
- 4.1.4.** Caracterizado como Classe II PAC, para área urbana, densamente ocupada, compreende o detalhamento do sistema viário guias, sarjetas e rebaixos, quadras, áreas livres, áreas verdes e institucionais, lotes, edificações, postes de rede pública de iluminação e de comunicação visual, tampões com as respectivas identificações, muros de arrimo, taludes de corte e aterro.
- 4.1.5.** Deverão ser consideradas no levantamento as áreas de todas as obras de contenção, taludes (cristas e pés de talude e bermas de estabilização do solo nas regiões de corte e/ou aterro), bangalô, houses, cabines seccionadoras, subestações, eventualmente existentes no terreno, bem como as obras de drenagem incluindo canaletas, e canais, com ou sem revestimento, postes, pórticos (com suas respectivas numerações), plataformas (nas regiões das estações em operação e/ou desativadas), trilhos, córregos, rios e muros ou cercas de divisa.
- 4.1.6.** Nas regiões das estações é necessário o levantamento dos acessos, e em casos específicos poderá ser solicitado o levantamento da cobertura e dimensionamento da área construída.
- 4.1.7.** Para realização dos serviços de campo que exijam acesso à faixa operacional, devem ser observadas as condições específicas pertinentes a questão constante na Norma de Serviço CPTM NS.DO/002 - EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS AO LONGO DA VIA FÉRREA; além disso, tais acessos deverão ser previamente agendados e aprovados pela área operacional da CPTM.
- 4.1.8. Caderneta de Campo**
A caderneta de campo deverá ter seu conteúdo elaborado e formatado obedecendo às disposições do FORMULÁRIO 7122 - DOCTEC.
- 4.1.9. Identificação dos Confrontantes**
Os confrontantes deverão ser identificados individualmente e listados em planilha, conforme MODELO DE LISTA DE CONFRONTANTES.
Na Planilha de Identificação deverão constar: nome(s) do(s) Confrontante(s), número da matrícula ou transcrição, número do IPTU, endereço do Confrontante e telefone de contato.
- 4.1.10. Memorial Descritivo**

O memorial deverá descrever na íntegra todo o limite da área a ser regularizada,

constando Objeto, Situação Locacional, Identificação e Descrição da Área, contendo minimamente: Distâncias, Azimute, Coordenada, confrontações e Dimensão Total da Área, conforme MODELO DE MEMORIAL DESCRITIVO.

4.1.11. Plantas do Levantamento Topográfico Planimétrico Cadastral para Regularização Fundiária

A planta a ser elaborada deverá ter os seguintes elementos técnicos: Folha em escala 1:1000 (um por mil) ou outra escala apropriada a situação, desde que aprovada previamente pela equipe técnica da CPTM, Malha, Norte, Ponto de Referência para Partida, Legenda, Convenções, Declinatória, Carimbo Prefeitura, Carimbo CPTM, Tabela de Área (Azimute/Distância/Coordenada). Com relação às plantas deverão constar todos os elementos cadastrados, divisão das áreas de domínio das respectivas empresas ferroviárias (Mosaico), indicação dos Confrontantes e Campo para Assinatura dos Confrontantes e Nota, conforme os anexos MODELO DE FOLHA e DESENHO BD6441-5 - PLANTA MODELO PARA IDENTIFICAÇÃO DE MATRÍCULAS. Essa planta deve permitir a geração dos layers: Mosaico, Situação Pretendida e Situação Atual.

4.1.12. Planta Mosaico

A planta a ser elaborada deverá em conformidade com o modelo indicado no MODELO DE PLANTA MOSAICO

4.1.13. Arquivos Shapefile (SHP)

Os arquivos shapefile (SHP) deverão obedecer às especificações contidas na INSTRUÇÃO TÉCNICA CPTM IT AX 4043-2 - SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE DADOS GEORREFERENCIADOS ASSOCIADOS A INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E TERRITORIAIS DA CPTM.

4.1.14. Arquivos DWG

Os arquivos de extensão DWG deverão ser elaborados na versão 2004.

4.2. ESTUDO DO ENTORNO – DOMÍNIO FINAL CPTM E PLANTA MOSAICO

Em casos específicos, quando a Planta do Levantamento Topográfico Planimétrico Cadastral apresentar divergência na sobreposição com os dados de domínio da CPTM constante na Base Física da empresa, poderá ser solicitado um estudo do entorno e a elaboração de uma planta mosaico de origem aquisitiva, para dirimir dúvidas, conforme MODELO DE PLANTA MOSAICO.

5. REQUISITOS DA DOCUMENTAÇÃO A SER ENTREGUE POR ÁREA LEVANTADA

Cada entrega dos resultados provenientes do levantamento planimétrico cadastral deverá ser realizada em uma versão preliminar para avaliação da equipe técnica e uma versão final entregue após aprovação CPTM, contemplando eventuais ajustes solicitados. Os documentos deverão estar acondicionados em pasta catálogo e em sacos plásticos separados, conforme os modelos indicados no Item 4 acima.

Os documentos esperados são:

- 5.1.** Planta Topográfica Planimétrica Cadastral para Regularização Fundiária - Situação Pretendida: 01 (uma) cópia em sulfite, assinada com número da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e/ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) do profissional técnico responsável; e cópia digital em SHP (shapefile modelo do Sistema RAIZ da CPTM), DWG e PDF gravadas em DVD.
- 5.2.** Planta Topográfica Planimétrica Cadastral para Regularização Fundiária – Mosaico com a divisão das áreas de domínio das respectivas empresas ferroviárias (Mosaico): 01 (uma) cópia em sulfite, assinada com número da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e/ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) do profissional técnico responsável; e cópia digital em SHP (shapefile modelo do Sistema RAIZ da CPTM), DWG e PDF gravadas em DVD.
- 5.3.** Planta Topográfica Planimétrica Cadastral para Regularização Fundiária - Situação Atual, se necessária: 01 (uma) cópia em sulfite, assinada com número da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e/ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) do profissional técnico responsável; e cópia digital em SHP (shapefile modelo do Sistema RAIZ da CPTM), DWG e PDF gravadas em DVD.
- 5.4.** Caderneta de Campo: 01 (uma) cópia em sulfite – Formato A4 e cópias digitais dos arquivos em Word, Excel e PDF gravadas em DVD.
- 5.5.** Lista de Confrontantes: 01 (uma) cópia em sulfite – Formato A4, e cópias digitais dos arquivos em Excel e PDF gravadas em DVD.
- 5.6.** Memorial Descritivo de toda a área da matrícula / transcrição da situação pretendida e, se necessário, o memorial descritivo referente a situação atual específico para cada área das empresas ferroviárias: 01 (uma) cópia de cada situação em sulfite Formato A4, assinada com nº da ART e ou RRT e cópia digital em Word e PDF gravadas em DVD.
- 5.7.** Matrículas e ou Transcrições utilizadas como base no trabalho: entregar os originais obtidos nos Cartórios de Registro de Imóveis.
- 5.8.** Cópia da ART ou RRT de cada área: entregar original assinado e comprovante de pagamento.

- 5.9.** Planta Mosaico – Domínio CPTM Final por Circunscrição (CRI): 01 (uma) cópia em sulfite, assinada com nº da ART e/ou RRT; e cópia digital em SHP (shapefile), DWG e PDF gravadas em DVD.

6. PLANO DE TRABALHO

A execução dos serviços, inicia-se a partir do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço – OS, passando pela elaboração e aprovação do Plano de Trabalho, até a entrega final do produto solicitado. Toda a execução deverá estar em conformidade com as normas técnicas e regulamentadoras e, principalmente, os serviços deverão ser executados estritamente conforme as condições pormenorizadas nas cláusulas do Contrato vigente.

- A CONTRATADA deverá se reunir com a GPR/DPRG para definir as etapas do Plano de Trabalho, determinando a melhor estratégia a ser adotada para implementar todas as ações necessárias para a elaboração do produto.
- A CONTRATADA deverá emitir o Plano de Trabalho discriminando todas as etapas definidas em reuniões previamente realizadas com a CPTM, contendo toda a estrutura e a metodologia de trabalho, detalhamento cronológico e prazos de execução.
- O Plano de Trabalho deve ser apresentado em até 10 (dez) dias úteis, a partir da emissão da Ordem de Serviço - OS pela CPTM.
- A aprovação ou reprovação do Plano de Trabalho se dará em até 10 (dez) dias úteis, a partir do seu recebimento pela CPTM.
- A CONTRATADA deve reapresentar o Plano de Trabalho em até 5 (cinco) dias úteis, a partir da devolução do documento pela CPTM.
- A CPTM aprovará ou reprovará novamente o Plano de Trabalho revisado em até 5 (cinco) dias úteis, a partir da sua reapresentação.

7. DO RELATÓRIO MENSAL

Será obrigatória a apresentação de um relatório mensal de andamento dos serviços, ficando facultativo à CPTM a fiscalização do andamento desses serviços na forma constante do relatório emitido.

8. DOS PREÇOS

Os preços devem incluir os seguintes documentos e serviços:

8.1. Levantamento Planimétrico Cadastral

Fornecimento de equipamentos, ferramentas, instrumentos e materiais; Mobilização e transporte de equipamentos e equipes; Mão de Obra e todas as incidências legais relacionadas; - Levantamento Planimétrico Cadastral, Classe IIPAC, da faixa ferroviária e das áreas adjacentes às edificações e da Estação

ou instalações (apresentação na escala 1:1000) ou outra escala apropriada a situação; Apresentação em formatos de desenhos A1 ou A0, em uma via de folha vegetal assinada e duas cópias sulfites, bem como mídia eletrônica do desenho em extensões DWG e SHP (desprotegidas; DWG na versão 2004). - Apresentação dos resultados através de planilhas, relatórios, cadernetas de campo, desenhos e demais documentos técnicos pertinentes, conforme ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA AK 7802-3.

8.2. Plantas Topográficas Planimétricas Cadastrais para Regularização Fundiária - Situação pretendida/atuall/mosaico; e Plantas Mosaico – Domínio CPTM Final por Circunscrição

A mão-de-obra dos profissionais diretamente envolvidos na elaboração dos desenhos e na elaboração da documentação técnica complementar tais como: memoriais descritivos, cadernetas de campo, lista de confrontantes, etc. Apresentação em formatos de desenhos A1 ou A0, em uma via de folha vegetal assinada e uma cópia sulfite, bem como mídia eletrônica do desenho em extensões DWG e SHP (desprotegidas; DWG na versão 2004)

8.3. Matrículas e/ou Transcrições Obtidas nos Cartórios, necessárias aos trabalhos

Os gastos junto a cartórios e/ou repartições para obtenção de documentação hábil para os trabalhos de regularização fundiária da faixa ferroviária da CPTM.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTOS

As medições e pagamentos se darão pelos seguintes critérios:

9.1. Levantamento Planimétrico Cadastral

Medição por metro quadrado (m²) de Levantamento Planimétrico Cadastral, Classe IIPAC, executado, compreendendo todos os serviços e produtos descritos nos itens 4 e 5 acima. O pagamento ocorrerá conforme o seguinte critério: 50% após a realização do levantamento de campo e comprovação da área correspondente através de croquis; e 50% após apresentação e aprovação pela CPTM dos desenhos do levantamento planimétrico cadastral e seus documentos complementares, conforme ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA AK 7802-3 e disposições dos itens 4 e 5 acima.

9.2. Plantas Topográficas Planimétricas Cadastrais para Regularização Fundiária - Situação pretendida/atuall/mosaico; e Plantas Mosaico – Domínio CPTM Final por Circunscrição

Medição por unidade (un) de prancha, devidamente aceita e aprovada pela CPTM. O pagamento ocorrerá na apresentação do documento via sistema e após aprovação pela CPTM, conforme o seguinte critério: 50% após

apresentação, via sistema, e aprovação do documento considerado consistente pela CPTM, sendo que a área técnica da CPTM analisará a documentação em até 10 (dez) dias úteis com vista a autorizar a medição ou solicitar ajustes nos documentos; 20% na aprovação da revisão zero, via sistema; e 30% na entrega em papel vegetal e sulfite, acompanhado dos documentos técnicos referentes ao levantamento como solicitados nos itens 4 e 5 acima, devidamente aprovados, e apresentados conforme as especificações técnicas pertinentes.

9.3. Matrículas e/ou Transcrições Obtidas nos Cartórios, necessárias aos trabalhos

Medição por conjunto hábil de documentos obtido para cada confrontante, apresentados juntamente com os demais documentos do levantamento. O pagamento se fará por Reembolso de Despesas, mediante apresentação de Nota de Débito e os comprovantes dos gastos. A totalidade dos gastos será paga juntamente com os 50% finais do levantamento planimétrico cadastral.

10. ANEXOS

Anexo 1 - Critério de medição

11. ANEXOS DISPONIBILIZADO EM MÍDIA ELETRÔNICA

- Especificação Técnica CPTM ET AK7802-3 - SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS
- Norma de Serviço CPTM NS.DO/002 - EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS AO LONGO DA VIA FÉRREA
- FORMULÁRIO 7122 - DOCTEC
- MODELO DE LISTA DE CONFRONTANTES
- MODELO DE MEMORIAL DESCRITIVO
- MODELO DE FOLHA
- DESENHO BD6441-5 - PLANTA MODELO PARA IDENTIFICAÇÃO DE MATRÍCULAS
- MODELO DE PLANTA MOSAICO
- INSTRUÇÃO TÉCNICA CPTM IT AX 4043-2 - SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE DADOS GEORREFERENCIADOS ASSOCIADOS A INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E TERRITORIAIS DA CPTM.
- CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ANEXO 1
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0331200061
CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

1. OBJETIVO

O presente regulamento tem por finalidade estabelecer os critérios, as unidades de medição e os procedimentos para composição de preços a serem aplicados. Essas definições serão usadas nos Serviços Técnicos Especializados de Levantamento Topográfico Planimétrico Cadastral de Áreas de posse ou interesse da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos para Regularização Fundiária.

2. PREÇOS UNITÁRIOS

A remuneração dos serviços será feita sempre baseada nas quantidades reais executadas, obtidas nas medições, segundo os critérios estabelecidos nesta Norma.

Os preços a utilizar no faturamento dos serviços serão os que figuram no orçamento apresentado pela CONTRATADA, proponente vencedora, em sua proposta.

Todos os serviços, salvo quando mencionado em contrário, compreendem o fornecimento pela CONTRATADA dos materiais, mão de obra, serviços auxiliares, ferramental e equipamentos diretamente necessários à completa realização dos mesmos, bem como todos os testes e ensaios comprobatórios da qualidade estabelecida nas especificações técnicas e projeto dos materiais utilizados e serviços executados.

Independentemente de nova citação, para todos os preços, sejam eles unitários ou globais, valem as condições seguintes, ressalvados os casos mencionados especificamente neste regulamento.

Todos os preços contratuais independem do processo empregado na sua execução, manual ou mecânico, quaisquer que sejam os materiais, mão de obra e equipamentos empregados.

Todos os preços devem corresponder a serviço pronto, sendo que na sua execução estarão incluídas todas e quaisquer despesas, mesmo quando não são mencionadas expressamente.

Não haverá incidência de quaisquer taxas sobre os materiais de fornecimento da CPTM.

3. COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS

As descrições dos serviços constantes da Planilha de Quantidades e Preços Propostos são complementadas pelas Especificações Técnicas de serviços e materiais, pela presente Norma de Medição e pelos documentos de Projeto.

3.1 Custo Direto

Os coeficientes a serem adotados na composição do custo direto deverão ser compatíveis com as características dos serviços e do local, preenchendo os requisitos dos serviços e das especificações e satisfazendo as Normas, Procedimentos, Especificações e Métodos de Ensaio da ABNT.

a) Materiais

É aquele posto no local do trabalho, fornecido pela CONTRATADA, e compreende: material de construção; material de consumo que intervém diretamente nos serviços; transporte, seguro e descarga no local de trabalho.

Os coeficientes a serem adotados incluirão as perdas e os reaproveitamentos previstos.

b) Mão de Obra

É toda mão de obra direta que possua habilitação para cada serviço específico, inclusive a utilizada para beneficiamento e aplicação dos materiais fornecidos pela CPTM.

Inclui todos os encargos sociais, trabalhistas e complementares (alimentação, transporte, exames, seguros, ferramentas, EPI, cursos, etc), conforme a legislação em vigor e os casos específicos previstos em contrato.

Exclui-se a mão de obra referente à operação e manutenção dos equipamentos que tenha sido prevista nas composições de custo horário de equipamentos.

Os coeficientes a serem adotados incluirão as ociosidades inerentes aos serviços.

c) Equipamentos

Compreende os equipamentos, máquinas e veículos que intervêm diretamente na execução dos serviços, exceto ferramentas e utensílios que estão previstos na administração local das áreas de trabalho.

A composição do Custo Horário compreende os custos:

- de propriedade (depreciação e juros);
- de manutenção (preventiva e corretiva);
- de operação (materiais e mão de obra).

Excluem-se as despesas com energia elétrica, água e gás que serão pagas à parte. Os coeficientes adotados incluirão as ociosidades inerentes aos serviços.

3.2 Despesas Indiretas

Consideram-se incluídas nos preços unitários apresentados para cada item do orçamento, as seguintes despesas de natureza indireta, relacionada com o respectivo serviço ou imputáveis de forma geral à obra:

- despesas legais, licenças, emolumentos, taxas , registros, impostos e outros tributos;
- seguros obrigatórios;
- incêndio (cobertura de todos os bens de propriedade da CONTRATADA, instaladas nos locais de trabalho);
- responsabilidade Civil dos Proprietários de Veículos automotores de Vias Terrestres e dos Transportadores em Geral (cobertura de todos os danos causados a bens ou pessoas);
- responsabilidade Civil da CONTRATADA , de Imóveis em zonas urbanas (cobertura de todos os danos materiais e pessoais);
- incêndio (cobertura dos bens móveis e imóveis da CPTM, instalados no Canteiro de Obras);
- incêndio e Riscos Diversos (cobertura dos Imóveis em fase de construção, acabamento, instalação e montagem);
- administração central da CONTRATADA;
- transporte interno e externo de pessoal;
- transporte interno, vertical e horizontal, e respectiva guarda e manuseio de materiais, inclusive os fornecidos pela CPTM, dentro dos limites da área dos trabalhos, bem como entre os canteiros principais e auxiliares, exceto os materiais de via permanente;
- mobilização e desmobilização, interna e externa, de equipamento exceto os previstos neste regulamento;
- adicionais de horas extras quando de responsabilidade da CONTRATADA;
- encargos burocráticos e operacionais;
- contingências e imprevistos, e
- honorários da CONTRATADA

4. CONSTRUÇÕES PROVISÓRIAS

Para as estruturas e construções provisórias, os materiais utilizados permanecerão de propriedade da CONTRATADA. Consequentemente, os preços correspondentes deverão computar apenas a parcela depreciada do valor dos respectivos materiais. Os preços assim estabelecidos serão válidos para qualquer número de reaproveitamentos conseguidos na execução do serviço, ou qualquer que seja o valor residual dos respectivos materiais ao fim do trabalho.

5. PROPRIEDADE DOS BENS E MATERIAIS

São propriedades da CPTM:

- os bens e materiais fornecidos pela CPTM;
- as edificações e redes básicas de canteiro, se disponibilizado pela CPTM, exceto cabines e transformadores, equipamentos de ar comprimido, linhas e aparelhos telefônicos adquiridos pela CONTRATADA.

6. MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS POR PREÇOS UNITÁRIOS

As medições serão realizadas diretamente pela CONTRATADA, indicando as quantidades correspondentes aos serviços previstos e realizados, a data e o local onde os mesmos foram executados e o valor correspondente às atividades executadas no período abrangido pela mesma.

Deverão ser medidas as quantidades dos serviços efetivamente executados no mês, desde que aprovados pela FISCALIZAÇÃO da CPTM.

As medições serão apresentadas pela CONTRATADA em impressos próprios da CPTM, e deverão ser subdivididas conforme o plano de Contabilização dos Investimentos da CPTM.

7. CÁLCULO DOS PAGAMENTOS

Os valores a serem pagos relativos aos serviços executados, serão calculados conforme os critérios abaixo relacionados, sendo indispensável a sua aprovação pela CONTRATADA:

- multiplicando as quantidades executadas e medidas desde que verificadas e aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, pelos preços unitários constantes na Planilha do Contrato;

- no caso de serviços por valor global, o valor constante da Planilha do Contrato será remunerado integralmente após a conclusão do serviço desde que verificado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, ou ainda parcelado de acordo com item próprio, presente nesta Norma.

Não caberá nenhum pagamento adicional aos preços contratuais, uma vez que nos mesmos estão incorporadas as particularidades do local e dos serviços a serem executados.

Uma vez aprovadas as medições e as faturas correspondentes, estas serão pagas ou creditadas de acordo com a cláusula contratual específica.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1 FORMAS DE PAGAMENTO

01.10.02.100.03 - Plantas Topográficas Planimétricas Cadastrais para Regularização Fundiária - Situação pretendida/atual/mosaico

O PREÇO INCLUI: A mão-de-obra dos profissionais diretamente envolvidos na elaboração dos desenhos e na elaboração da documentação técnica complementar tais como: memoriais descritivos, cadernetas de campo, lista de confrontantes, etc. Apresentação em formatos de desenhos A1 ou A0, em uma via de folha vegetal assinada e uma cópia sulfite, bem como mídia eletrônica do desenho em extensões DWG e SHP (desprotegidas; DWG na versão 2004) MEDIÇÃO: O serviço será medido por unidade (un) de prancha, devidamente aceita e aprovada pela CPTM. O pagamento ocorrerá na apresentação do documento via sistema e após aprovação pela CPTM, conforme o seguinte critério: 20% na aprovação da revisão zero, via sistema; e 80% na entrega em papel vegetal e sulfite, acompanhado dos documentos técnicos referentes ao levantamento como solicitados nos Termos de Referência, devidamente aprovados, e apresentados conforme as especificações técnicas pertinentes.

01.10.02.100.04 - Planta Mosaico - Domínio CPTM Final por Circunscrição

O PREÇO INCLUI: A mão-de-obra dos profissionais diretamente envolvidos na elaboração dos desenhos e na elaboração da documentação técnica complementar tais como: memoriais descritivos, cadernetas de campo, lista de confrontantes, etc. Apresentação em formatos de desenhos A1 ou A0, em uma via de folha vegetal assinada e uma cópia sulfite, bem como mídia eletrônica do desenho em extensões DWG e SHP (desprotegidas; DWG na versão 2004) MEDIÇÃO: O serviço será medido por unidade (un) de prancha, devidamente aceita e aprovada pela CPTM. O pagamento ocorrerá na apresentação do documento via sistema e após aprovação pela CPTM, conforme o seguinte critério: 20% na aprovação da revisão zero, via sistema; e 80% na entrega em papel vegetal e sulfite, acompanhado dos documentos técnicos referentes ao levantamento como solicitados nos Termos de Referência,

devidamente aprovados, e apresentados conforme as especificações técnicas pertinentes.

01.10.02.100.05 - Matrículas e ou Transcrições Usadas no Trabalho (cópias solicitadas nos cartórios para identificação dos confrontantes e aferição do levantamento)

O PREÇO INCLUI: Os gastos junto a cartórios e/ou repartições para obtenção de documentação hábil para os trabalhos de regularização fundiária da faixa ferroviária da CPTM. MEDIÇÃO: O serviço será medido por unidade (un) de taxa paga ao cartório, devidamente comprovada mediante apresentação de Nota de Débito e os comprovantes dos gastos. O pagamento ocorrerá em parcela única e ocorrerá após aprovação da equipe de fiscalização da CPTM.

02.01.00.110.16 - Levantamento planimétrico cadastral, Classe II PAC

O PREÇO INCLUI: Fornecimento de equipamentos, ferramentas, instrumentos e materiais; Mobilização e transporte de equipamentos e equipes; Mão de Obra e todas as incidências legais relacionadas; - Levantamento Planimétrico Cadastral, Classe II PAC, da faixa ferroviária e das áreas adjacentes às edificações e da Estação ou instalações (apresentação na escala 1:1000) ou outra escala apropriada a situação; Apresentação em formatos de desenhos A1 ou A0, em uma via de folha vegetal assinada e duas cópias sulfites, bem como mídia eletrônica do desenho em extensões DWG e SHP {desprotegidas ; DWG na versão 2004}. - Apresentação dos resultados através de planilhas, relatórios, cadernetas de campo, desenhos e demais documentos técnicos pertinentes, conforme Especificação Técnica AK 7802-3. MEDIÇÃO: O serviço será medido por metro quadrado (m²) de levantamento planimétrico cadastral, Classe II PAC, executado. O pagamento ocorrerá conforme o seguinte critério: 50% após a realização do levantamento de campo e comprovação da área correspondente através de croquis e 50% após apresentação e aprovação pela CPTM dos desenhos do levantamento planimétrico cadastral e seus documentos complementares, conforme Especificação Técnica AK 7802-3 e disposições contidas no Termo de Referência.

ANEXO II

Proposta da CONTRATADA

**ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0401200061
PROPOSTA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0401200061

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de levantamento topográfico planimétrico cadastral de áreas de posse ou interesse da CPTM para regularização fundiária, divididos em 04 (quatro) lotes

Prezados Senhores,

Tendo tomado conhecimento dos termos do edital da licitação sob referência, temos a grata satisfação de apresentar nossa proposta para a prestação de serviços objeto desta Licitação.

1. Serviços

1.1 A presente proposta refere- ao **LOTE 01** da PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIMÉTRICO CADASTRAL DE ÁREAS DE POSSE OU INTERESSE DA CPTM PARA REGULARIAÇÃO FUNDIÁRIA, DIVIDIDO EM 04 (QUATRO) LOTES.

1.2 Nela, estão observadas todas as condições estabelecidas no edital do PREGÃO ELTRÔNICO N. 0401200061 e seus anexos.

2. PREÇOS

2.1 O preço total para os serviços objeto do **LOTE 01 DO EDITAL** que propomos é de **R\$ 1.499.938,80 (Hum milhão e quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos)**, data-base 12/2020.

2.1.1 O valor mensal, lançado para fins de proposta no sistema BEC/PE e definido pelo preço total do lote dividido por 24 (vinte e quatro) meses, é de **R\$ 62.497,45 (Sessenta e dois mil e quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta e cinco centavos)**.

2.2 No preço indicado no subitem anterior estão incluídos, além da mão de obra, material, equipamentos, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outras despesas de quaisquer naturezas que se fizerem indispensáveis à perfeita execução dos serviços objeto da licitação, também BDI.

3. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VALIDADE DA PROPOSTA

3.1 O prazo de execução do objeto contratual é de 24 (vinte e quatro) Meses, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço – O.S., a ser emitida pela CPTM em até 15 (quinze) dias da data da assinatura do contrato.



3.2 O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua entrega.

4. DECLARAÇÕES

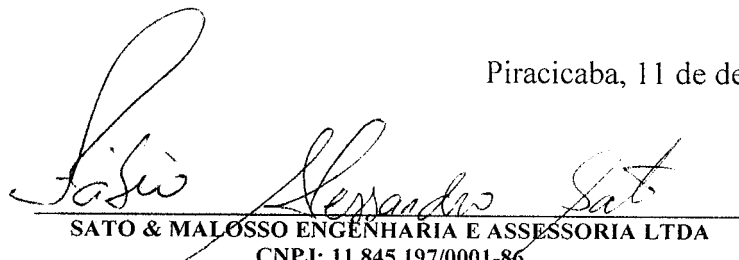
- 4.1 Declaramos ter pleno conhecimento da natureza dos serviços a serem prestados.
- 4.2 Declaramos nos submeter a todas as cláusulas e condições do edital, bem como às disposições da Lei Federal n. 10.520/02, do Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM e da Lei Federal n. 13.303/16, bem como da Legislação Estadual pertinente, que regerão o contrato decorrente desta licitação.
- 4.3 Declaramos nosso compromisso de respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Conduta e Integridade e o Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM que se encontram disponíveis no site da companhia no endereço eletrônico <http://cptm.sp.gov.br/Governanca/Paginas/Codigo-de-conduta-integridade-dos-fornecedores.aspx>.

a) Dados da empresa

1. Razão social: **SATO & MALOSSO ENGENHARIA E ASSESSORIA LTDA.**
2. Porte: () Microempresa (X) Empresa de Pequeno Porte () Outros
3. Inscrição no CNPJ: **11.845.197/0001-86**
4. Endereço: **Rua Alfredo Guedes n. 1949**
5. Bairro: **Bairro Alto** CEP: **13.419-080**
6. Cidade: **Piracicaba** Estado: **São Paulo**
7. Telefone: **(19) 3447-0300**
8. CPF Dos Sócios
- CPF: **221.247.788-03** – **Fábio Alessandro Sato**
- CPF: **966.444.198-87** – **Maria Cecília Malosso Sato**
9. E-mail institucional: **fabio@satoengenharia.com.br**



Piracicaba, 11 de dezembro de 2020.


SATO & MALOSSO ENGENHARIA E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 11.845.197/0001-86
FÁBIO ALESSANDRO SATO
Sócio Diretor
CPF: 221.247.788-03

Observação: No caso da proponente apresentar proposta para mais de um lote, deverá fazê-lo de maneira individualizada, enviado cada Proposta, acompanhada da(s) sua(s) respectiva(s) Planilhas(s) de Quantidades e Preços Propostos, separa das demais

ANEXO III

Planilha de Quantidades e

Preços Propostos

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0401200061

PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS PROPOSTOS

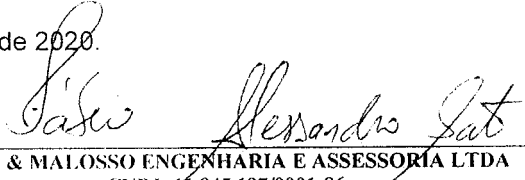
LOTE 1

PREGÃO ELETRÔNICO N. 0401200061						
Planilha de Quantidades e Preços Propostos - LOTE 01						
Lote	Trecho	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Linha 7 - Rubi entre a Estação da Luz e a Estação Jundiaí	Serviços Planimétricos - levantamento planimétrico cadastral	m2	5.815.430	R\$ 0,16	R\$ 930.468,80
		Plantas para regularização - Plantas topográficas planimétricas cadastrais para regularização fundiária	unidade	270	R\$ 874,00	R\$ 235.980,00
		Plantas pra regularização - Plantas mosaico - domínio final CPTM por circunscrição	unidade	169	R\$ 1.230,00	R\$ 207.870,00
		Despesas Reembolsáveis - Matrículas e ou transcrições usadas no trabalho (cópia solicitadas nos cartórios para identificação dos confrontantes e aferição do levantamento)	unidade	12.562	R\$ 10,00	R\$ 125.620,00
		VALOR TOTAL (R\$)				R\$ 1.499.938,80

Data base: 12/2020

Para fins de lançamento da proposta no site da BEC, no endereço www.bec.sp.gov.br, o valor enviado eletronicamente deveser o VALOR MENSAL POR LOTE, definido pelo valor total do lote dividido por 24 (vinte e quatro) meses.

Piracicaba, 11 de dezembro de 2020.


SATO & MALOSSO ENGENHARIA E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 11.845.197/0001-86
FÁBIO ALESSANDRO SATO
Sócio Diretor
CPF: 221.247.788-03

ANEXO IV

**Cópia da Declaração de
Ciência e Responsabilidade**

ANEXO X
PREGÃO ELETRÔNICO Nº/ 0401200061

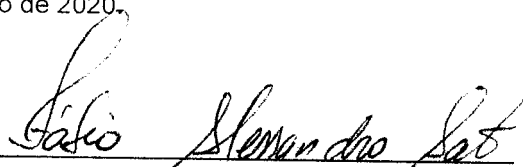
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Pelo presente, eu, **Fabio Alessandro Sato**, representante da empresa **Sato & Malosso – Engenharia e Assessoria LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.845.197/0001-86, na qualidade de Fornecedor ou parceiro Comercial da CPTM, neste ato declaro estar ciente dos termos do Código de Conduta e Integridade e do Código de Conduta e Integridade de Fornecedor, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, comprometendo-me a adotar as práticas indicadas neles para a realização das atividades minhas e da Empresa, bem como manter a confidencialidade de todos e quaisquer informações recebidas para o desenvolvimento das atividades relativas à CPTM, mesmo depois do termino da relação contratual entre a CPTM e a Empresa.

Além disso, como relação as questões de corrupção, declaro que eu e a Empresa estamos de acordo com as diretrizes apresentadas nestes Códigos, acessados através do endereço eletrônico <http://www.cptm.sp.gov.br/Governanca/Paginas/Codigo-de-Conduta-integridade-dos-Fornecedores.aspx>, e entendo que estou proibido de oferecer, prometer, pagar, autorizar ou receber quaisquer pagamentos indevidos, bem como realizar fraudes de qualquer natureza.

Declaro ainda que a Empresa cumpre as Leis Aplicáveis de combate a Corrupção e que disseminamos e esperamos a mesma conduta de nossos funcionários, fornecedores, parceiros comerciais, funcionários terceirizados e representantes.

São Paulo, 11 de dezembro de 2020.



Sato & Malosso – Engenharia e Assessoria LTDA
CNPJ 11.845.197/0001-86
Fabio Alessandro Sato
RG: 34.725.813-X
CPF: 221.247.788-03

ANEXO V

Termo de Ciência e de Notificação

ce

ANEXO V**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO****CONTRATANTE: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM****CONTRATADA: SATO & MALOSSO – ENGENHARIA E ASSESSORIA LTDA****CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 040120006100 - LOTE 01****OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIMÉTRICO CADASTRAL DE ÁREAS DE POSSE OU INTERESSE DA CPTM PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, DIVIDIDOS EM 04 (QUATRO) LOTES.****ADVOGADO(S) / Nº OAB / E-MAIL: MARIA REGINA SCURACHIO SALES ALVARENGA - OAB/SP 111.585 - maria.sales@cptm.sp.gov.br / CAIO AUGUSTO DE MORAES FORJAZ - OAB/SP 182.311 - caio.forjaz@cptm.sp.gov.br**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

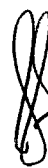
- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

SÃO PAULO, 07 DE maio

DE 2021

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: PEDRO TEGON MORO
Cargo: Diretor Presidente
CPF: 144.051.718-58

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: PEDRO TEGON MORO

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: GILSA EVA DE SOUZA COSTA

Cargo: Diretora Administrativa e Financeira

CPF: 955.679.681-91

Assinatura: _____

Nome: EDUARDO JORGE DA CUNHA CALDAS PEREIRA

Cargo: Diretor de Planejamento e Novos Negócios

CPF: 892.467.801-91

Assinatura: _____

Nome: ALBERTO FASANARO LAULETTA

Cargo: Gerente de Gestão do Território – Regularização Fundiária

CPF: 006.704.958-32

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: FABIO ALESSANDRO SATO

Cargo: Sócio

CPF: 221.247.788-03

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: PEDRO TEGON MORO

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58

Assinatura: _____